



XII REUNIÃO DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

ATA

(videoconferência, 24 de novembro de 2020)

Decorreu no dia 24 de novembro de 2020 a XII Reunião de Diretores/as de Política de Defesa Nacional ou Equiparados/as da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (DPDN/CPLP), pela primeira vez em videoconferência (*Microsoft Teams*).

Estiveram presentes o Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD) da República de Angola, Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga, o representante do Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE) do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal Silva, o Diretor Nacional da Defesa (DND) do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde, Coronel Armindo Sá Miranda, o representante do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) da República da Guiné-Bissau, Coronel Mama Jaquite, o representante da Missão Permanente da República da Guiné Equatorial junto da CPLP, Dr. Mariano Obiang Molo Afuy, a representante do Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD) da República de Moçambique, Dra. Maria Izabel Luís Francisco, Diretora Adjunta da Direção Nacional de Política de Defesa Nacional, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e Coordenador do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Dr. Paulo Lourenço, o Diretor de Política de Defesa Nacional (DPDN) do Ministério da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Dr. Kenente do Nascimento, e o representante do Diretor-Geral de Política de Defesa e Cooperação Internacional (DGPDCI) do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Coronel João Pedro da Silva, Adido de Defesa em Portugal.

Participaram ainda, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Capitão-de-mar-e-guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo e o representante do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), Dr. Miguel Levy. O secretariado da reunião ficou a cargo da Dra. Cláudia Bicho, representante do SPAD da CPLP.



Os trabalhos desenrolaram-se sob a presidência do DGPDN de Portugal, Coordenador do SPAD, e do DNPD de Angola, Presidente do Fórum, que, depois de desejarem as boas-vindas a todas delegações, deram início aos trabalhos.

No seguimento da última Reunião de DPDN/CPLP, ocorrida na Ilha do Sal, em 29 de outubro de 2019, e tendo presente o adiamento das iniciativas dos órgãos da Componente de Defesa da CPLP, em 2020, em virtude da atual pandemia, o DGPDN de Portugal saudou e acompanhou a iniciativa de Angola para a realização da presente Reunião, com o objetivo de fazer o seguimento e relançar o diálogo e iniciativas em curso e outras que se entendam úteis, no espírito do Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa, de 2006.

O DNPD de Angola agradeceu a Portugal e ao SPAD pela coordenação dos aspetos técnicos da videoconferência, congratulando-se pela realização da reunião. De seguida referiu o contexto regional de Angola e o compromisso com a promoção da paz e da estabilidade através dos mecanismos existentes na região, bem como a assunção, pelo seu país, da presidência da Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Central e da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos.

Em seguida, submeteram à apreciação a Agenda de Trabalhos, que mereceu aprovação unânime (Anexo A).

Ponto 1. – Ponto de situação respeitante à atuação dos setores da Defesa em contexto COVID-19 nos Estados-Membros (EM)

Enquadramento inicial

O representante do Secretariado Executivo da CPLP salientou a forma como esta pandemia afetou o desenrolar do plano de atividades da CPLP, nomeadamente o adiamento da Cimeira de Luanda, agendada para julho de 2021, altura em que se celebrará o 25.º aniversário da Comunidade, e o prolongamento da Presidência em exercício, assegurada por Cabo Verde, até àquela data, que desta forma terá a duração de 3 anos. Mais informou que, pela mesma razão, foram adiadas diversas reuniões Ministeriais assim como as respetivas reuniões preparatórias, partilhando, através do SPAD, lista de atividades realizadas em ambiente virtual no espaço de cooperação da CPLP e da pandemia COVID-19, que se inclui em Anexo B.

Discussão

Foram apresentadas pelas delegações dos EM as principais dinâmicas e mecanismos de ação no âmbito da participação das diferentes estruturas da Defesa Nacional e Forças Armadas na mobilização do



esforço integrado a fim de mitigar os impactos da pandemia COVID-19, que se apresentam em Anexo C, bem como demonstrada a enorme disponibilidade para partilha de informação neste âmbito.

O representante da Guiné Equatorial informou que a ausência de representação deste país se devia a razões administrativas e que a sua participação nesta Reunião se dava na condição de observador, para registo e transmissão de informação ao setor correspondente do Ministério da Defesa daquele EM.

Conclusão operacional

A encerrar o presente ponto, o Dr. Paulo Lourenço e o Tenente-General Barbosa Epalanga destacaram a valiosa participação da Defesa no apoio ao combate à pandemia e ressaltaram aspetos comuns na atuação das Forças Armadas, não obstante as diferenças entre os EM, assinalando a importância da partilha de informação, a partir de parâmetros comuns relativamente à atuação das diferentes estruturas de Defesa nesta resposta.

Foi nesse sentido proposto que o SPAD reúna e parametrize informação desta atuação, em benefício e com o apoio dos EM, com o intuito de obter lições aprendidas e desenvolver boas práticas.

Ponto 2. – Dinamizar a Componente de Defesa da CPLP

Enquadramento inicial

O DNPD de Angola introduziu o tema, começando por afirmar que em razão do impacto da pandemia na Componente de Defesa da CPLP, os DPDN têm a responsabilidade de assumir um papel mais interventivo, de forma a que os processos iniciados na XI Reunião em Cabo Verde possam prosseguir o seu curso nas áreas previamente identificadas, apelando à ação de todos os EM.

Discussão

O DGPDN de Portugal considerou que a presente reunião adquire particular importância e deverá servir para redinamizar esta Componente, procurando conferir-lhe um novo impulso, tanto mais necessário quanto a COVID-19 impediu, no corrente ano, a concretização do seu processo de decisão, a reunião dos seus órgãos e o desenvolvimento da sua atividade habitual. Neste domínio, os DPDN deverão assumir maior protagonismo nesta dinamização e contribuir para a concretização atempada e oportuna dos processos em curso, bem como para a identificação de novos caminhos e oportunidades a desenvolver, com a visão de reforço, constante e permanente, do contributo da CPLP para a produção de segurança. Exortou, assim, à necessidade de se dar seguimento às ações prioritárias identificadas, no sentido de as submeter ao próximo ciclo de decisão da Componente de Defesa da CPLP, nas áreas das Operações de Paz e de Assistência Humanitária, sob a égide da ONU, da capacitação dos EM em matérias de interesse comum, como a saúde militar, que adquiriu um novo significado com a atual pandemia, a segurança marítima, a ciberdefesa e as alterações climáticas, do reforço da visibilidade externa da Componente, a par de áreas potencialmente novas como a institucionalização de reuniões



de Inspectores da Defesa Nacional (IGDN) dos EM, no seguimento de apresentação que a IGDN de Portugal efetuou ao SPAD em 2019. Sugeriu, por último, à semelhança de prática na União Europeia, a elaboração de *non-paper* na Componente de Defesa.

A representante do DPDN de Moçambique avançou com a sugestão de realização de seminários e do envolvimento da academia, a fim de dar relevo à ação de cooperação no Domínio da Defesa da CPLP, potenciando o Colégio de Defesa.

Conclusão operacional

A forma como o tema foi abordado foi subscrita por todas as delegações, devendo ser dado seguimento aos processos iniciados na XI Reunião em Cabo Verde e explorada a possibilidade de elaboração de non-paper na Componente de Defesa e outras matérias ou ações de interesse comum.

Ponto 3. – Agilização da conclusão de trabalhos em curso

3. a. Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para implementação da Resolução 1325(2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança

Enquadramento inicial

A representante do SPAD efetuou um ponto de situação sobre este tema, referindo a aprovação dos termos de referência, a constituição do GT e o envio de postal final de Plano de Ação, com a contribuição dos EM. Disse aguardar-se o envio de comentários e/ou a validação por parte da Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste a este documento, para finalização dos trabalhos.

Discussão

Todas as delegações concordaram que a prossecução deste objetivo global das Nações Unidas merece o envolvimento da CPLP, reforçando a visibilidade internacional da Comunidade e promovendo o papel da mulher na sociedade e as melhores práticas neste domínio, destacando os avanços que se têm vindo a verificar nos EM e nos setores da Defesa.

O DNPD de Angola informou que será indicado novo(s) elemento(s) no grupo de trabalho (GT) constituído para esta matéria.

A representante do DNPD de Moçambique anunciou que a nova representante no GT será a Dra. Rosa De Fátima Urbano Quitambi Comba Jaime.

O Diretor do CAE/CPLP lembrou, a respeito da elaboração de *non-paper*, que o Estatuto deste Centro já o prevê, no artigo 10.º, através da constituição de grupo(s) de reflexão que desenvolva(m) trabalho conjunto com os Núcleos Nacionais, a fim de ser apresentado aos MDN dos EM, havendo atualmente um grupo de reflexão em curso. Anunciou, ainda, a realização do 4.º Colóquio (online)



do CAE/CPLP sobre a “Agenda Mulheres, Paz e Segurança no Espaço da CPLP”, em parceria com o Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a realizar em 7 de dezembro, no âmbito da celebração dos 20 anos desta Resolução, devendo o convite ser remetido oportunamente.

Conclusão operacional

Foi aprovado fixar o dia 21 de dezembro de 2020, sob procedimento de silêncio, como prazo limite para obter o pronunciamento dos referidos EM, com a finalidade de conclusão dos trabalhos e submissão ao processo de decisão da Componente de Defesa da CPLP em 2021.

O resultado do 4.º Colóquio (online) do CAE/CPLP sobre a “Agenda Mulheres, Paz e Segurança no Espaço da CPLP”, em 7 de dezembro de 2020, será comunicado aos Núcleos Nacionais e ao SPAD, para disseminação pelos EM e GT.

3.b. Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes

Enquadramento inicial

A representante do SPAD apresentou ponto de situação sobre o tema, aludindo ao facto da atual pandemia reforçar a necessidade de se dispor deste Mecanismo e à recente entrega, pelo Brasil, de proposta de documento revisto por aquele EM.

Discussão

A delegação do Brasil afirmou que o projeto a ser desenvolvido carecia de ajustes para que fosse mais adaptável à realidade da CPLP, criando uma sistemática que abrangesse os 9 EM, distribuídos por 4 continentes, incluindo diferentes estruturas e responsabilidades internas dos respectivos Ministérios da Defesa nesta matéria. No desenho do novo projeto foi tido em consideração 1) a seleção de 12 publicações da legislação internacional, especificamente do OCHA/ONU e da Cruz Vermelha Internacional, além de acordos internacionais como a Oslo Guidelines, Iniciativa Hoppefor e do Marco de Sandai; 2) a adoção dos princípios de soberania, neutralidade, imparcialidade e não interferência nos assuntos internos, sendo a iniciativa e coordenação das ações a cargo do país afetado e a prestação do apoio voluntária, suportando os EM que ofertaram a ajuda os ónus/encargos associados; 3) a ação militar visa complementar a dos organismos civis e não substituí-los, devendo limitar-se exclusivamente ao teor humanitário; 4) a operacionalização, apoiada através de um sistema de comunicação e coordenação, ainda a ser especificado, teria maior eficiência se utilizasse a internet, devendo ser indicados Oficiais de Coordenação em cada EM; previsto, ainda, um sistema de alerta para medidas preventivas e para auxiliar na preparação da resposta.

O DGPDN de Portugal sublinhou a importância do trabalho em curso, que tem tanto de ambicioso



como de difícil, e reforçou que a existência deste mecanismo, embora não se constitua um tema exclusivo de Defesa, representaria um enorme “salto” para a CPLP.

O DNPd de Angola, subscrevendo as palavras do DGPDN de Portugal e assinalando a experiência de participação dos EM em apoio a catástrofes, ressaltou a importância de se estabelecer uma data limite para o envio de contributos pelos EM, com a finalidade do processo conhecer aprovação em próxima reunião de MDN da CPLP, em 2021.

As delegações de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste assinalaram a importância em fazer avançar este processo ao nível da CPLP e tomaram boa nota e agradeceram a atualização do documento remetido pelo Brasil, que irão analisar e providenciar contributos.

O representante do SECPLP sublinhou tratar-se de tema premente, que mereceu debate na Reunião Informal do Conselho de Ministros, havida em 28 de setembro de 2020, por videoconferência, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo sido submetida aos Ministros informação relativa a iniciativas do setor da Defesa, Saúde e da Administração Interna. Referenciou, ainda, a realização de Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, em 9 de dezembro de 2020, em formato virtual, que voltará a debater a questão da cooperação em situações de emergência, assim como a mobilidade intra-CPLP, cujos resultados serão transmitidos ao SPAD para difusão aos EM.

O Diretor do CAE/CPLP recordou a realização do XVIII Seminário Internacional Político Estratégico subordinado ao tema “Desafios da CPLP na Resposta em Situações de Desastres Naturais: Caso dos Ciclones IDAI e Kenneth em Moçambique”, realizado em 2019, em Maputo, com a participação de Angola e de Portugal, tendo o relatório sido difundido ao SPAD e demais pontos focais dos órgãos da CPLP.

Conclusão operacional

Foi acordada a comunicação, ao SPAD, até ao final de novembro de 2020, dos pontos focais da Guiné Equatorial e de Timor-Leste para integrar o GT criado.

Com o intuito de garantir a conclusão dos trabalhos sobre este projeto, em tempo que permita a sua submissão ao processo de decisão da Componente de Defesa da CPLP em 2021, e por iniciativa de Angola, foi acordado o envio, pelo GT ao SPAD, até ao dia 29 de janeiro de 2021, de contributos ao documento distribuído recentemente pelo Brasil, em Anexo D.

Ponto 4. – Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas

Enquadramento inicial



O DNPD de Angola, que prosseguiu com a presidência da reunião a partir deste ponto, informou que o seu país dispõe recentemente de legislação aprovada que prevê o envio de contingentes militares para o exterior, no âmbito de missões humanitárias e de paz, e exortou ao desenvolvimento desta iniciativa no sentido de, tão breve quanto possível, ser exequível comunicar que os EM da Componente de Defesa da CPLP se encontram preparados para cooperar e participar no domínio das operações de paz das Nações Unidas.

A representante do SPAD apresentou sucinto ponto de situação, enfatizando ter sido acordado, na última Reunião de MDN da CPLP, em Luanda, desenvolver-se trabalho conjunto, enquanto CPLP, nas missões de paz internacionais, para o reforço do contributo desta Comunidade para a ordem internacional, aumento da visibilidade da Organização e reforço da interoperabilidade e das capacidades das Forças Armadas dos EM. Nesse sentido, esta tarefa tinha sido atribuída aos DPDN, em articulação com os CEMGFA, tendo os DPDN definido, em 2019, a criação de um GT, aguardando-se a informação de pontos focais por parte de três EM. A solicitação desta representante, o DNPD de Angola esclareceu que os pontos focais de Angola para o GT do Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes se constituem, igualmente, como representantes para o GT do presente ponto.

Discussão

A delegação do Brasil apontou a necessidade de se considerar as peculiaridades que cada EM adota na ação de política externa, a fim de que as iniciativas estabelecidas nos trabalhos não requeiram tratamento diferenciado, caso venham a depender da esfera político-diplomática no processo decisório de disponibilização das suas capacidades nacionais de Forças de Paz às missões da ONU. No contexto dos trabalhos do GT enunciou, como concorrendo para o reforço da interoperabilidade e das capacidades dos EM, o intercâmbio de conhecimento no que se refere às experiências de cada país, bem como a realização de Seminários em matéria de participações em operações de paz da ONU, o intercâmbio de instrutores e a participação de Oficiais de Estado-Maior, Observadores/as Militares, Especialistas dos EM em centros de operações de paz nacionais, em cursos no contexto das operações de paz, que possam contribuir para o incremento da sua capacitação profissional. Considerou, por último, que o GT deve estabelecer, desde o início, objetivos concretos e passíveis de operacionalização. O DND de Cabo Verde apontou para a integração político-diplomática do tema, porquanto o Ministro da Defesa detém, simultaneamente, a pasta das relações exteriores, e para a experiência da maioria dos EM nesta matéria, pelo que se deverá avançar no sentido de a concretizar.

O representante do DGPDN da Guiné-Bissau, assinalando a pertinência do tema, informou que oportunamente a Guiné-Bissau deverá transmitir novo ponto focal para o GT constituído.



A representante do DNPDN de Moçambique, recordando o apoio, desde o primeiro momento, do seu país a esta reflexão, reiterou a informação do ponto focal para contributo a esta temática.

O DPDN de São Tomé e Príncipe renovou o apoio a este processo, que poderá inclusive constituir-se como ponto de partida para a cooperação e inclusão, por parte do seu país, no domínio das operações de paz das Nações Unidas.

O representante do DGPDCI de Timor-Leste considerou positivo o reforço desta cooperação entre os EM, porquanto uma das áreas prioritárias do Governo de Timor-Leste consiste em projetar as suas Forças Armadas para contribuir nas operações da paz das Nações Unidas. Aludiu, ainda, à experiência, ao nível bilateral, de integração de uma unidade de engenharia das F-FDTL no Contingente Português nas operações de paz das Nações Unidas no Líbano e a disponibilidade, adiada para 2021, em virtude da COVID-19, de Portugal receber Timor-Leste no seu Contingente na missão das Nações Unidas na República Central Africana. Por último, referiu que Timor-Leste contribuiu, também, com Observadores Militares no Sudão do Sul e estabeleceu, em 2018, um Centro de Treino de Operações de Apoio à Paz das F-FDTL, a desenvolver esforços para conseguir a certificação das Nações Unidas.

Conclusão operacional

Foi acordada a comunicação, ao SPAD, até ao final de novembro de 2020, dos pontos focais da Guiné Equatorial, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste no GT criado, sob coordenação portuguesa, e subsequente desenvolvimento dos trabalhos.

Ponto 5. – Outros Assuntos

5.a. CAE/CPLP

Tendo o dinamismo do CAE/CPLP merecido especial reconhecimento pelas delegações, o seu Diretor destacou, entre os vários projetos em desenvolvimento, o ‘Espaço CPLP’, com validação do Comité de Concertação Permanente em 29 de outubro passado e com financiamento aprovado, um projeto que pode ser replicado com a concertação político diplomática e noutros domínios nas capitais dos EM.

O DND de Cabo Verde referiu que caberá ao seu país indicar o Diretor do CAE/CPLP no próximo mandato e exortou para a necessidade de regularização das contribuições em falta de alguns EM para o fundo especial daquele Centro.

5.b. Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio de Defesa

A representante do DPDN de Moçambique informou que o seu país ratificou, em 31 de dezembro de 2018, o Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio de Defesa, aguardando-se o envio ao SPAD. Indicou, ainda, que Tenente Marta Jorge Muando é a nova ponto focal de Moçambique no SPAD.



5.c. Colégio de Defesa

A representante do DPDN de Moçambique afirmou que reiterava a proposta para acolhimento, por Moçambique, da 4.ª edição do Colégio de Defesa da CPLP, uma vez que a 3.ª edição ainda não ocorreu, como previsto, em Angola, em 2020, em virtude da pandemia COVID-19.

O DNPD de Angola indicou que seriam ser tomadas diligências quanto à 3.ª edição do Colégio de Defesa da CPLP.

5.d. Reuniões de CEMGFA e de MDN da CPLP

A delegação do Brasil, aludindo à evolução da pandemia, sugeriu o adiamento das reuniões de CEMGFA e de MDN da CPLP para o segundo semestre de 2021.

O DND de Cabo Verde propôs que pudesse ser identificado um EM com capacidade para organizar, presencialmente, as Reuniões de CEMGFA e MDN da CPLP, evitando o seu adiamento.

O DNPD de Angola referenciou que poderá ser partilhada informação sobre a modalidade de reunião presencial adotada por outras organizações, designadamente a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, e propôs a criação, através do SPAD, de um grupo de contacto e troca de informação não classificada entre os/as DPDN/CPLP e Diretores/as Adjuntos/as (via 'WhatsApp').

5.e. Exercício 'FELINO' 2020


A questão da representante do SPAD, em virtude da não realização em 2020 do Exercício 'FELINO', o representante do DGPDN da Guiné-Bissau assegurou a disponibilização de informação em momento posterior.

Em resultado do que precede, a síntese operacional decorrente da presente Reunião consta em Anexo E.

Concluída a discussão dos pontos da agenda, o DNPD de Angola deu por finda a XII Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente ata.

Por videoconferência, aos 24 de novembro de 2020.

O Diretor Nacional de Política de Defesa da República de Angola


Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga



O Representante do Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República
Federativa do Brasil

Contra-Almirante Carlos Augusto Chaves Leal Silva

O Diretor Nacional da Defesa do Ministério da Defesa da República de

Cabo Verde

Coronel Armindo Sá Miranda

O representante do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional da República da
Guiné-Bissau

Coronel Mama Jaquite

O representante da Missão Permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP

Dr. Mariano Obiang Molo Afuy



A representante do Diretor Nacional de Política de Defesa da República de Moçambique

Dra. Maria Izabel Luís Francisco

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa

Dr. Paulo Lourenço

O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Dr. Kenente do Nascimento

O Representante do Diretor-Geral de Política de Defesa e Cooperação Internacional do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste

Coronel João Pedro da Silva



ANEXOS

- A.** Agenda e delegações da XII Reunião de DPDN/CPLP
- B.** “Lista de atividades realizadas em ambiente virtual no espaço de cooperação da CPLP no contexto do PECS-CPLP e da Pandemia COVID-19” (SECPLP)
- C.** Ponto de situação respeitante à atuação dos setores da Defesa em contexto COVID-19 nos Estados-Membros
- D.** “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe” e seus Anexos (Brasil, versão 20Nov2020)
- E.** Síntese Operacional da XII Reunião de DPDN/CPLP